

**FONTES PARA A PESQUISA DO ENSINO DOS SABERES
ELEMENTARES MATEMÁTICOS NAS ESCOLAS
PÚBLICAS PRIMÁRIAS DE PORTO ALEGRE/RS (1873-
1909)**

Joseane Leonardi Craveiro El Hawat¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo a explanação de fontes mobilizadas para a pesquisa do ensino dos saberes elementares matemáticos nas escolas primárias de Porto Alegre: os programas de ensino, atas de exames e livros escolares. Tem-se como proposta apresentar as contribuições destes documentos e objetos, bem como problematizar o cruzamento destas fontes para a construção de uma narrativa histórica acerca de quais saberes eram priorizados no ensino primário das escolas públicas, entre os anos de 1873 e 1909. O presente estudo foi realizado à luz da perspectiva da História Cultural, na qual o universo temático, os objetos e a utilização de novas fontes são multiplicados em função de questões renovadoras que são lançadas ou pela descoberta de uma documentação (PESAVENTO, 2013). Mediante a análise e o cruzamento das fontes verificou-se a existência de uma hierarquia dos saberes matemáticos (aritmética, geometria e desenho) a serem priorizados no ensino primário do respectivo período.

Palavras-chave: Fontes. Saberes Elementares Matemáticos. Ensino primário.

INTRODUÇÃO:

Este artigo tem por objetivo a explanação de fontes mobilizadas para a pesquisa do ensino dos saberes elementares matemáticos nas escolas primárias do Rio Grande do Sul: os programas de ensino, atas de exames e livros escolares². Tem-se como proposta apresentar as contribuições destes documentos para a compreensão de aspectos relativos à história da Educação Matemática. Para tanto, pretende-se problematizar o cruzamento destas fontes para a construção de uma narrativa histórica acerca de quais saberes

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre/RS.
E-mail: joseaneh@yahoo.com.br

² O presente estudo apresenta parte das conclusões de pesquisa realizada em nível de mestrado, a qual pode ser verificada na íntegra em Hawat (2015).

elementares matemáticos eram priorizados no ensino primário das escolas públicas de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no período compreendido entre os anos de 1873 e 1909.

Faz necessário destacar que o período proposto para análise é marcado por diversas mudanças cenário político gaúcho, abarcando as demandas do arcabouço legal da Instrução Pública do Estado e as alterações engendradas pela transição de regime³ no país.

Para o desenvolvimento deste trabalho optou-se por dividi-lo em duas etapas. Em um primeiro momento será realizada uma reflexão acerca dos referências teóricos e metodológicos com os quais este estudo buscou dialogar. Em seguida, procurou-se apresentar uma série de documentos e objetos, compreendidos neste artigo como portadores de significados alusivos às práticas escolares, tal como sugere Augustín Escolano (2002).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo procurou se fundamentar na perspectiva da História Cultural, na qual o campo historiográfico de investigação considera as diversas possibilidades de analisar a trajetória do homem no tempo e espaço. É pela história cultural que se dá a renovação das correntes da história e dos campos de pesquisa, de acordo com Sandra Pesavento (2014). Segundo a autora, na história cultural o universo temático, os objetos e a utilização de novas fontes são multiplicados, o que é exequível em função das questões renovadoras que são lançadas, pela descoberta de uma documentação que antes era desconsiderada pela história ou, ainda, pela volta às fontes, mas com novas perguntas (PESAVENTO, 2014).

No que se refere à necessidade de um método, cabe lembrar o questionamento realizado por Pesavento: “mas, afinal, qual seria o método do historiador, e particularmente, esse método concebido pela história cultural?” (2014, p. 63). Num primeiro momento Pesavento se refere a Carlo Ginzburg e o paradigma indiciário, no qual o historiador é igualado a um detetive, tornando-se responsável por decifrar um enigma, por elucidar um enredo e por revelar um segredo (PESAVENTO, 2014, p. 63). Mas é

³³ Proclamação da República em 1889.

necessário que este historiador exercite sua atenção aos traços secundários, aos detalhes, não tomando o mundo na sua literalidade, como se fosse o reflexo do real. Assim, segundo a autora, é necessário que o detetive historiador se torne um médico, procurando sintomas, de situações paralelas que enunciam sinais. É preciso buscar os detalhes que cercam a cena principal e analisar os elementos em relação ao conjunto (2014, p. 64).

Em um segundo momento, Pesavento anuncia a relação entre o paradigma indiciário de Ginzburg e o método da montagem, de Walter Benjamin (PESAVENTO, 2014, p. 64). Neste segundo método, o historiador é aquele que recolhe os registros e traços do passado, mas sobre eles, realiza um trabalho de construção, produzindo sentido. De acordo com Pesavento:

As peças se articulam em composição ou justaposição, cruzando-se em todas as combinações possíveis, de modo a revelar analogias e relações de significado, ou então se combinam por contraste, a expor oposições ou discrepâncias (2014, p. 64).

É nas diversas combinações estabelecidas que são oferecidas explicações para o passado. Porém, segundo Pesavento, entre combinar, cruzar e revelar o detalhe, existe um outro elemento essencial para o historiador: sua erudição (2014, p. 65). Nesse sentido, o historiador deve ter uma “bagagem de leituras” e de conhecimento para situar seu tema e historicizar seu objeto. Esta bagagem é que permite, segundo a autora, a leitura intertextual. Ou seja, ver em um texto a leitura e ressignificação a partir de um outro, associar diferentes significantes para remeter a um terceiro, o qual é portador de um novo significado (PESAVENTO, 2014, p. 66).

Assim, o método, segundo Pesavento, é o que permite ao historiador os meios de verificação e de controle, é o que o possibilita de mostrar, com acuidade, o trajeto percorrido, partindo da pergunta formulada aos documentos de pesquisa e da maneira com que fez a fonte falar, dando sentido e revelação ao que foi transformado em texto (2014, p. 67). Tendo estas relevantes considerações em vista, propõe-se nos próximos tópicos deste artigo a explanação de fontes para a pesquisa do ensino dos saberes elementares matemáticos nas escolas primárias do Rio Grande do Sul, entre o final do século XIX e início do XX.

Atentando-se à temática dos saberes elementares matemáticos, este estudo procurou se amparar nas considerações apresentadas por André Chervel, no que diz respeito à história as disciplinas escolares. Segundo o autor:

A descrição de uma disciplina não deveria então se limitar à apresentação dos conteúdos de ensino, os quais são apenas meios utilizados para alcançar um fim. Cabe-lhe dar uma descrição detalhada do ensino em cada uma das etapas, descrever a evolução da didática, pesquisar as razões da mudança, revelar a coerência interna dos diferentes procedimentos aos quais se apela, e estabelecer a ligação entre o ensino dispensado e as finalidades que presidem o seu exercício (CHERVEL, 1990, p. 192).

Interessando-se pelo pelos saberes elementares matemáticos, compreendidos no ensino das escolas públicas primárias, entende-se que o presente estudo se volta para elementos do cotidiano destas escolas. Ao refletir sobre a escola e cultura, António Viñao Frago indica que a escola, entendida como instituição, implica em afirmar a existência de uma cultura escolar, “precisamente porque a escola é uma instituição é por isto que podemos falar de cultura escolar, e vice-versa” (1995, p.68). Conforme o autor, ao considerar a cultura escolar como um conjunto de aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização, deve-se ponderar a existência de várias modalidades e níveis, envolvendo práticas, modos de vida, ritos, modos de pensar, dizer e fazer.

Frente ao que sugere Viñao Frago (1995), a história da cultura escolar abarca múltiplos elementos do cotidiano da escola, dentre os quais estão os objetos materiais, suas funções, usos, distribuição, materialidade, introdução, transformação. Augustín Escolano (2012), ao falar sobre os objetos da história escolar, indica que os mesmos são vestígios e objetos portadores de significados alusivos às práticas e processos formativos da escola. É com o intuito de compreender a contribuição destes objetos alusivos às práticas e processos formativos da escola que o presente estudo passará a explanar sobre os programas de ensino, atas de exame e livros escolares.

EXAMINANDO AS FONTES

Programas de ensino

A respeito da análise dos documentos normativos, tais como regulamentos e regimentos da instrução pública, bem como os programas de ensino, compreende-se que os mesmos são intervenções que dão indícios sobre o funcionamento interno das escolas primárias e do “ordenamento legal do processo pedagógico” do período (FARIA FILHO, 1998, p. 124).

A reflexão a respeito dos saberes matemáticos contemplados no ensino das escolas públicas parte, no presente estudo, dos programas do ensino primário promulgados no período considerado (1873-1909). Chervel sugere que os pesquisadores das disciplinas escolares iniciem suas tarefas a partir da exploração de “uma primeira documentação [que] abre-se imediatamente diante do historiador, a série de textos oficiais programáticos, discursos ministeriais, leis ordens, decretos, [...], os programas, os métodos, os exercícios” (1990, p.190).

No caso do Rio Grande do Sul, no primeiro programa de ensino apresentado neste estudo será de 1883, o qual foi aprovado pelo presidente da Província, José Júlio Albuquerque de Barros, pelo Acto n. 141. A análise deste documento permite perceber uma acentuada preocupação com o ensino de Aritmética e Desenho, conforme o Quadro 1.

QUADRO 1 – Saberes elementares matemáticos prescritos pelo programa de ensino de 1883

CURSO	CLASSE ⁴	SABER MATEMÁTICO PREVISTO
PRELIMINAR	1ª	Arithmetica / Desenho
	2ª	Arithmetica / Desenho
	3ª	Arithmetica / Desenho
	4ª	Arithmetica / Desenho
ELEMENTAR	5ª	Arithmetica / Desenho
	6ª	Arithmetica / Desenho
	7ª	Arithmetica / Desenho
	8ª	Arithmetica / Desenho
COMPLEMENTAR	9ª	Arithmetica / Geometria / Desenho

⁴ As classes referenciadas no programa correspondiam aos diferentes níveis de adiantamento e não aos anos de escolaridade como se considera hoje.

XV Seminário Temático

Cadernos escolares de alunos e professores e a história da educação matemática, 1890-1990

Pelotas – Rio Grande do Sul, 29 de abril a 01 de maio de 2017

Universidade Federal de Pelotas

ISSN: 2357-9889

	10 ^a	Arithmetica / Geometria / Desenho
--	-----------------	-----------------------------------

Fonte: Acto n° 141, Aprovando Programa Ensino Primário da Província (ARRIADA; TAMBARA, 2004)

O segundo programa de ensino para o período proposto foi aprovado pelo presidente do estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros, mediante Decreto n. 239, de 5 de junho de 1899 – Approva o programma do ensino elementar e complementar⁵.

QUADRO 2 – Saberes elementares matemáticos prescritos pelo programa de ensino de 1899

CLASSE	SECÇÃO	SABER MATEMÁTICO PREVISTO
1 ^a	1 ^a	Arithmetica/Desenho
	2 ^a	Arithmetica/Desenho
2 ^a	1 ^a	Arithmetica/Desenho/ Geometria pratica
	2 ^a	Arithmetica/Desenho/ Geometria pratica
3 ^a	1 ^a	Arithmetica/Desenho/ Geometria pratica
	2 ^a	Arithmetica/Desenho/ Geometria pratica

Fonte: Decreto estadual, n° 239 de 5 de junho de 1899.

Para realizar o estudo do programa de 1899, é pertinente retomar as considerações de Elisabete Búrigo (2014), quanto ao ensino de Aritmética, e Maria Célia Leme da Silva (2014), no que diz respeito aos saberes de Desenho e Geometria⁶. Em relação à proposição do ensino de Aritmética dos programas de ensino do período republicano, Búrigo (2014) indica que o mesmo:

⁵ No que concerne ao panorama em que esta normativa foi aprovada, vale destacar que este foi instituído do período republicano no RS e, dessa forma, é necessário observar a influência do positivismo no ensino da matemática. De acordo com Circe da Silva, o pensamento comtiano pautava a matemática como disciplina escolhida para a base do sistema de ensino. Esta seria a ciência que daria o início para qualquer formação científica ou racional (SILVA, 1997). Segundo Comte, a verdadeira Filosofia da Matemática consistiria na evolução sistemática das relações complementares entre o abstrato e o concreto. A influência do positivismo na educação tornou-se mais intensa no final do século XIX, quando surgiram os livros didáticos que divulgavam este ideário, tais como, as obras didáticas de Luiz Celestino de Castro e Demétrio Ribeiro, voltadas para o ensino da Matemática (SILVA, 1997).

⁶ Em 2014 o Ghemat - Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática no Brasil, publicou na revista História da Educação, volume 18, número 44, um dossiê com estudos sobre a Matemática no curso primário, no Brasil, em perspectiva histórica. Os artigos apresentam resultados iniciais do projeto temático intitulado *A constituição dos saberes elementares matemáticos: a aritmética, a geometria e o desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970*.

projetava um estudo dos números gradativamente complexificado iniciando pela contagem, soma e subtração mental, estendendo-se à multiplicação e divisão e aos algoritmos das operações na pedra ou na lousa, passando pelas frações decimais e ordinárias, pelo uso do sistema métrico decimal e avançando, na terceira classe, até as regras de três simples e composta, a extração da raiz quadrada e da raiz cúbica de números inteiros, decimais e fracionários (Ibidem, p. 15).

A respeito de Desenho e Geometria, Leme da Silva (2014) observa uma proximidade no ensino elementar destes saberes, a partir da análise do programa de 1899. A autora pondera que, a partir da 2ª classe, o Desenho passou a desempenhar a função de suporte no estudo da Geometria quando acompanha a cada uma de suas lições.

Considerando os enfoques dados pelos dois programas de ensino dos saberes elementares matemáticos, percebem-se pequenas diferenças no que se refere às finalidades objetivas do ensino, frente ao programa do final do período imperial e o primeiro programa republicano. Pergunta-se: estas também eram as finalidades reais do ensino das escolas públicas primárias? Cabe lembrar o que André Chervel afirma sobre o uso dos mesmos na escrita da história das disciplinas escolares. Segundo o autor, é necessário ter consciência de que “uma estipulação oficial, num decreto ou numa circular, visa mais frequentemente, [...], corrigir um estado de coisas, modificar ou suprimir certas práticas, do que sancionar oficialmente uma realidade” (1990, p. 190). Dessa forma, torna-se desaconselhável pautar a pesquisa histórica “unicamente nos textos oficiais”. Ao tratar da legislação escolar como fonte para a história da educação, Luciano Mendes de Faria Filho também adverte que “a análise da legislação isoladamente não é suficiente” (1998, p. 123). Tornando-se, assim, evidente a necessidade de examinar outros documentos.

Atas de exames

Ao falar sobre o uso dos livros de ata dos exames⁷ como fontes para a história da cultura escolar, juntamente com registros de visitas de inspetores e livros de matrícula,

⁷ Atas de exames são apontamentos manuscritos, na forma de um relato contendo informações referentes à composição da banca examinadora presente no momento do exame, os alunos avaliados e quais obtiveram aproveitamento, destaques quanto aos conteúdos exigidos e, por fim, a descrição de situações, tais como, votos de louvor ao docente responsável, declamação de poesias e cânticos pelos alunos e as assinaturas da comissão examinadora.

Rosa Fátima de Souza indica que tais documentos podem “surpreender pelos seus vestígios indiciários” (2000, p.14) e a autora completa ainda que os livros de exames “[...] arrolam anualmente o número de aprovações e reprovações por classe/série. Tais livros permitem o estudo cronológico do desempenho e da seletividade escolar” (2000, p.15)

Com o propósito de conhecer elementos acerca dos saberes ensinados e posteriormente exigidos nas avaliações, foram estudados livros com registros de 8 diferentes aulas públicas de Porto Alegre, entre 1873 e 1909. Os documentos estudados indicam a realização de diferentes atividades de avaliação, como os exames finais, os exercícios e as verificações cotidianas realizadas pelos inspetores em suas visitas periódicas. É pertinente destacar que as avaliações deveriam contemplar os conteúdos propostos pelos programas de ensino em vigor; entretanto, não foram localizados registros relativos à avaliação de Desenho⁸. Frente a esta constatação, consoante a informação de que o ensino de Desenho era realizado como um auxílio para o estudo da Geometria (LEME DA SILVA, 2014), verifica-se que sua avaliação também não era realizada mediante a denominação específica de “Desenho”. É possível que sua verificação estivesse atrelada às averiguações de Geometria.

A respeito dos exercícios, realizados juntamente com o ritual público dos exames, ao final do ano letivo, os documentos analisados evidenciam a realização de atividades relativas a dois campos de saberes: língua portuguesa e matemática. Conforme trecho de ata de novembro de 1898, referente à aula mista da Rua Voluntários da Pátria, verifica-se que “foi também examinada uma turma composta de oito meninas, que fizeram exercício de leitura, escripta e numeros inteiros”. Esta situação também é observada no mesmo ano, na ata da 4ª aula pública do sexo feminino de Porto Alegre, a qual indica que “foi também examinada uma outra classe que fez exercício de leitura e numeros inteiros”.

De acordo com as atas, os exercícios estavam previstos para que os alunos que ainda não estavam aptos para serem submetidos aos exames realizassem prioritariamente atividades de escrita e leitura, no que concerne à língua portuguesa, e quanto aos saberes matemáticos, exercícios de Aritmética. Ao observar os apontamentos sobre os exames, verifica-se uma mudança quanto aos saberes matemáticos exigidos dos alunos das aulas

⁸ De acordo com os documentos analisados pelo presente estudo.

XV Seminário Temático

Cadernos escolares de alunos e professores e a história da educação matemática, 1890-1990

Pelotas – Rio Grande do Sul, 29 de abril a 01 de maio de 2017

Universidade Federal de Pelotas

ISSN: 2357-9889

públicas de Porto Alegre, conforme mostra a ata de exame da 43ª aula pública mista do Caminho do Meio e Passo dos Dorneles:

Responderam a chamada 34 alumnos. Das provas de calligraphia, apresentadas mereceram a nota boa as de [...], bem como dos alumnos [...]. Foi examinada em arithmetica, geometria, portuguez, historia e geographia a alumna [...] que obteve aprovação plena. (43ª aula pública mista do Caminho do Meio e Passo dos Dorneles, 1908).

Mesmo com a evidente introdução da Geometria, a Aritmética continuou sendo priorizada nas avaliações. Com base nas atas de exames que fizeram referências aos saberes matemáticos, foi elaborado o seguinte Quadro 3.

QUADRO 3 – Saberes elementares matemáticos

Aula Pública	Ano exame	Saberes matemáticos		
		Aritmética	Geometria	Desenho
37ª Aula Mista	1899	SIM	Não	NÃO
2ª Aula Mista	1900	SIM	Não	NÃO
Mista do Boqueirão, Belem Velho	1902	SIM	Não	NÃO
	1903	SIM	Não	NÃO
43ª Aula Mista	1908	SIM	Sim	NÃO
	1909	SIM	Sim	NÃO
Mista da Rua Voluntários da Pátria	1909	SIM	Sim	NÃO

Fonte: atas de exames e termos de inspeção das escolas públicas de Porto Alegre

De acordo com os registros das atas analisadas, o Desenho, assim como nos exercícios, não era um saber exigido nominalmente nos exames. Já a Aritmética aparece de forma frequente nas atas. Em algumas destas, o redator fazia referência a alguns conteúdos, como no caso do exame de 1903, da aula mista do Boqueirão, que indicava o exame dos alunos em “arithmetica até systema métrico decimal”. Mas estas menções mais específicas são raras na documentação analisada.

Livros escolares

De acordo com Chervel (1990), o historiador das disciplinas escolares tem como prioridade estudar os conteúdos explícitos do ensino disciplinar. Com o intuito de realizar este estudo, os livros foram inseridos neste trabalho por se entender que os mesmos podem dar evidências acerca dos conteúdos que foram contemplados no ensino das escolas públicas primárias no RS. Compreende-se que os livros não seriam portadores da totalidade dos conhecimentos priorizados no ensino, exames e exercícios. Mas entende-se que os mesmos apontam elementos que podem contribuir na apreensão dos mesmos, juntamente com as prescrições dos programas de ensino e os registros das atas de exames.

No que se refere à análise dos conteúdos em livros, manuais e periódicos pedagógicos é necessário ter em vista o que Chervel (1990) aponta como “vulgata”. Segundo o autor:

Em cada época, o ensino dispensado pelos professores é, grosso modo, idêntico, para a mesma disciplina e para o mesmo nível. Todos os manuais ou quase todos dizem então a mesma coisa, ou quase isso. Os conceitos ensinados, a terminologia adotada, a coleção de rubricas e capítulos, a organização do corpus de conhecimentos, mesmo os exemplos utilizados ou os tipos de exercícios praticados são idênticos, com variações aproximadas. São apenas essas variações, aliás, que podem justificar a publicação de novos manuais e, de qualquer modo, não apresentam mais do que desvios mínimos [...] (CHERVEL, 1990, p. 203).

O estudo descritivo e analítico da vulgata é indicado por Chervel como “tarefa fundamental do historiador de uma disciplina escolar” (1990, p. 203). Entretanto, o autor adverte acerca da necessidade de se determinar um *corpus* satisfatoriamente representativo de seus diferentes aspectos. Esta mesma advertência é feita por Alain Choppin (2002), quando discute alguns aspectos metodológicos a serem considerados na pesquisa histórica específica de livros e manuais escolares. A respeito da amostragem, Choppin ressalta que quatro critérios podem dar indícios sobre a difusão de um livro escolar: a duração da vida editorial – diferença entre as datas da última e da primeira edição, o número de edições declaradas, o número das edições indicadas pelas bibliografias, o número de exemplares conservados.

No que concerne à produção de obras didáticas no Rio Grande do Sul, Elomar Tambara (2002) observa que o final do século XIX foi um período caracterizado pela

emergência de autores e editores regionais. Durante as décadas de 1880 e 1890, a província de São Pedro do Rio Grande do Sul estabilizou um parque editorial e um conjunto de autores que massivamente respondiam pelos livros escolares utilizados em sala de aula (TAMBARA, 2002, p. 30-31). Uma das razões para esse processo de descentralização, que ocorreu igualmente em outras províncias, é a consolidação das Escolas Normais. Nos locais onde estas foram instituídas, verificou-se a ocorrência de “um ambiente propício para a produção de livros escolares” (TAMBARA, 2002, p.35). Como é o caso do RS, onde o professor José Theodoro de Souza Lobo⁹, Diretor da Escola Normal no ano de 1878 (SCHNEIDER, 1993, p. 348), assina autoria dos livros Primeira e Segunda Arithmetica para Meninos. No entanto, deve-se considerar a inserção de outros livros nas escolas em estudo. A partir dos relatórios elaborados pelas autoridades da Instrução Pública percebe-se a circulação de autores e títulos específicos nas aulas públicas do estado, conforme pretende-se apresentar a seguir

Enquanto ao ensino de arithmética penso que estamos muito bem servidos, pois não conheço no seu gênero obras tão methodicamente combinadas, como as 1^a e 2^a arithmetica de Souza Lobo, em boa hora adoptadas em nossas aulas primarias. (...) De geometria pratica e musica e canto escolares temos hoje dous bons compendios, que mandei adoptar. O primeiro de Olavo Freire, professor do Gymnasio Nacional, o segundo do illustre educacionista Dr. Menezes Vieira, director do Pedagogium. Actualmente são apenas obrigatórios no curso preparatório da Escola Normal, ainda não fiz distribuilos pelas aulas primarias (Relatório de 1896, p. 303-304).

A partir do relato do Inspetor Geral, Manoel Pacheco Prates, percebe-se no final da década de 1890 que os livros de aritmética de José Theodoro de Souza Lobo, e de geometria, de Olavo Freire, eram mencionados como bons compêndios para o ensino dos respectivos saberes. Entretanto, o livro de geometria não estava sendo distribuído para as escolas primárias.

Outros documentos também contribuem na compreensão de quais livros eram adotados nas aulas públicas, conforme ilustra o “Mappa Demonstrativo dos objectos

⁹ David Antônio da Costa apresenta a obra de Souza Lobo em sua Tese de Doutorado intitulada *A Aritmética Escolar no Ensino Primário Brasileiro: 1890-1946* (2010) e também no seu trabalho *Análise da Primeira Arithmetica para meninos de José Theodoro de Souza Lobo* (2011). A ênfase da análise nesses trabalhos difere da que aqui se apresenta, em virtude do presente estudo articular a obra de Souza Lobo com aspectos do ensino público no RS.

recebidos pelo Almojarifado da Instrução Pública e distribuídos às escolas públicas 1898-1903”. Verifica-se no documento pelo menos outros dois livros e compêndios que eram distribuídos às escolas públicas, além das aritméticas de Souza Lobo. De acordo com o mapa, eram entregues anualmente as “taboadas” e, especialmente a partir de 1902, observa-se a entrada da Aritmética de Antônio Trajano, em substituição à 1ª aritmética de Souza Lobo.

A falta de especificação das tabuadas – autor, título, editora – indicadas no mapa do almojarifado da Instrução Pública atinge toda a escrituração escolar destinada aos registros de inventário, pedido e recebimento de materiais das escolas analisadas¹⁰. Ao longo da pesquisa foi localizada somente em um pedido a indicação de qual tabuada estava sendo solicitada. Foi no ano de 1897, na aula do sexo masculino da Azenha, em que o professor Cyrino de Azevedo fez o seguinte pedido: 12 “Segunda Arithmetica S. Lobo”, 24 “Primeiras Arithmeticas S. Lobo” e 25 “Taboadas por Barker”. O professor estava se referindo a tabuada de Antonio Maria Barker.

Ainda a respeito das Tabuadas, o Relatório da Instrução Pública de 1908 também as apresenta, quando o terceiro quadro anexo do documento demonstra o fornecimento de materiais às escolas públicas, entre os anos de 1907 e 1908. Verifica-se no cabeçalho do quadro a seguinte lista de compêndios e livros: cartilha primaria, leituras escolhidas, Selecta Dr. Pinto, Manuscripto Rio-Grandense, 1ª Arithmetica Souza Lobo, Historia do Rio Grande João Maia, Leitura de trechos escolhidos Maia, 2º Livro de leitura, 1ª Arithmetica Trajano, Taboada Methodica, Gramatica OS, Geographia de Franckenberg, Historia do Brazil de Franckenberg, Grammatica Bibiano, 3º livro Hilário, 4º livro Hilário e o Tratado de Agricultura. Novamente são citadas as Aritméticas, bem como indica-se a distribuição de “tabuadas”, o que propõe pensar que os livros distribuídos para as escolas públicas e, conseqüentemente para seus alunos, priorizavam o saber aritmético em seu ensino, apesar dos programas preverem além da Aritmética, o ensino da Geometria e do Desenho.

Compreende-se que a distribuição não implica diretamente no uso por parte dos professores em suas práticas de ensino. Entretanto, considerando a documentação analisada, a constante falta de verba para compra de materiais e a conseqüente fiscalização

¹⁰ Lista completa de documentos analisados em Hawat (2015).

dos inspetores e conselheiros distritais quanto ao uso dos livros, entende-se como concebível que os mesmos tenham sido usados em um número significativo de aulas.

Buscando compreender o processo interno de distribuição dos livros, foram examinados os registros do professor Cyrino Azevedo a respeito da entrega dos livros e compêndios aos alunos da aula da Azenha. Ao longo de 4 anos (1898 a 1902) constatou-se que 178 alunos receberam livros, sendo que 162 deles receberam Tabuadas.

Há de se destacar que não foi possível visualizar para qual classe específica eram distribuídas as Tabuadas, uma vez que estas eram entregues para alunos da 1ª, 2ª ou 3ª classe. Também não se evidenciou uma relação da entrega com a idade, pois verificou-se que a idade dos alunos para recebimento das Tabuadas variava de 6 até 15 anos. Situações semelhantes quanto à idade e à classe foram observadas na distribuição das Aritméticas, mas com uma grande diferença: o número significativamente reduzido de materiais entregues. Durante os 4 anos de apontamentos, verificou-se a entrega de 47 exemplares da 1ª Aritmética de Souza Lobo¹¹, havendo o caso de 8 alunos que receberam a mesma Aritmética em dois anos distintos, 1900 e 1902, possivelmente por terem se ausentado da escola durante um ano. Quanto à 2ª Aritmética, o número reduz ainda mais, com um total de 26 exemplares distribuídos.

Assim, pelos dados observados nos registros de distribuição dos livros pelo professor Cyrino aos seus alunos, conclui-se que a Tabuada era entregue ao grande grupo de alunos, a 1ª Aritmética para praticamente a metade daqueles que recebiam as Tabuadas e a 2ª Aritmética para um número mínimo de alunos.

CONCLUSÕES

O presente artigo buscou contribuir para os estudos da história da educação matemática mediante o diálogo entre diferentes fontes para pesquisa sobre o ensino dos saberes elementares nas escolas públicas primárias de Porto Alegre, RS.

A apreciação exclusiva dos programas do período indicaria que o ensino inclinavam-se a atender o elenco de conteúdos prescritos para Aritmética, Geometria e Desenho. No entanto, apesar da maneira concisa com que descrevem os conteúdos

¹¹ A respeito dos livros de Souza Lobo e suas similitudes com os programas de ensino das escolas públicas primárias do RS, ver Hawat 2014.

avaliados, as atas reforçaram três aspectos: os registros ressaltaram a Aritmética como o saber priorizado, a ausência de referências ao Desenho e, por fim, as poucas vezes em que a Geometria foi indicada.

Esta mesma hierarquia dos saberes elementares matemáticos também é observada mediante a análise da distribuição dos livros nas escolas públicas primárias. Verificou-se que saber aritmético era priorizado em função do elevado número de tabuadas entregues no período.

Mediante a explanação dos programas de ensino, atas de exames e livros escolares e das respectivas combinações estabelecidas, tal como sugere Sandra Pesavento, buscou-se “combinar, cruzar e revelar” aspectos do ensino dos saberes matemáticos. Neste sentido, destaca-se que nem tudo que está previsto pelos documentos normativos pode ser considerado como aquilo que foi efetivamente realizado no passado.

REFERÊNCIAS

ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar. **Leis, atos e regulamentos sobre educação no período imperial na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Brasília: Inep/SBHE, 2004.

BÚRIGO, Elisabete Zardo. Aritmética nas escolas primárias gaúchas na primeira metade do século 20: o ensino prescrito. **Revista História da Educação**, v. 18, n. 44, p. 9-25, 2014.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & educação**, v. 2, p. 177-229, 1990.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **Revista História da Educação**. Pelotas, v.11, p. 5-27, abril. 2002.

ESCOLANO, Agustín. Las materialidades de la escuela. In: SILVA, Vera Lucia Gaspar da; PETRY, Marília Gabriela (orgs.). **Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar**. Florianópolis: Insular, 2012.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 89-125, 1998.

XV Seminário Temático

Cadernos escolares de alunos e professores e a história da educação matemática, 1890-1990

Pelotas – Rio Grande do Sul, 29 de abril a 01 de maio de 2017

Universidade Federal de Pelotas

ISSN: 2357-9889

HAWAT, Joseane Leonardi Craveiro El Hawat. O livro de Souza Lobo e o ensino de aritmética no Rio Grande do Sul durante a primeira República. **Anais do 20º Encontro da ASPHE – Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação**. p. 672-688. Porto Alegre. 2014.

HAWAT, Joseane Leonardi Craveiro El Hawat. **Os saberes elementares matemáticos nas escolas isoladas de Porto Alegre**: avaliações, programas de ensino e livros escolares (1873-1919). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 206f. 2015.

LEME DA SILVA, Maria Célia. Desenho e geometria na escola primária: um casamento duradouro que termina com separação litigiosa. **Revista História da Educação**, v. 18, n. 42, p. 61-73, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Autêntica, 2013.

SCHNEIDER, Regina Portella. **A instrução pública no Rio Grande do Sul, 1770-1889**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

SILVA, Circe Mary Silva da. Os positivistas gaúchos e o ensino da Matemática. **Anais IV Seminário Nacional HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”** (1997).

SOUZA, Rosa Fátima de. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: **Ideário e imagens da educação escolar**, v. 73, p. 3-23, 2000.

TAMBARA, Elomar Antonio Callegado. Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século 19 no Brasil. **Revista História da Educação**, v. 6, n. 11, p. 25-52, 2002.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación e historia cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.0, p. 63-82, set./dez.1995.

Documentos pesquisados:

LIVRO de Frequência dos Alunos da Aula Pública Masculina da Azenha, Porto Alegre, 1905- 1908. AHRS, código I150.

LIVRO de registro de atas de exame e termos de visita da aula mista da Rua Voluntários da Pátria, Porto Alegre, 1893 – 1912. AHRS, Código: I246.

LIVRO de Matrícula da Aula Pública Masculina da Azenha, 1902-1910. AHRS, código I219.

LIVRO de registro de atas de exame e termos de visita da aula mista da Rua Voluntários da Pátria, Porto Alegre, 1893 – 1912. AHRS, Código: I246.

XV Seminário Temático

Cadernos escolares de alunos e professores e a história da educação matemática, 1890-1990

Pelotas – Rio Grande do Sul, 29 de abril a 01 de maio de 2017

Universidade Federal de Pelotas

ISSN: 2357-9889

LIVRO de registro de atas de exame e termos de visita da escola pública de Boqueirão (Belém Velho), Porto Alegre, 1902 – 1907. AHRS, código: I250.

LIVRO de exames e termos de visitas da 43ª aula mista do Caminho do Meio e Passo dos Dorneles, Porto Alegre, 1908 – 1918. AHRS, código: I253.

LOBO, José Theodoro Souza. Primeira Arithmetica para Meninos. Porto Alegre: Livraria Globo, 1929. LOBO, José Theodoro Souza.

Segunda Arithmetica para Meninos. Porto Alegre: Selbach & Mayer, 1938.

LIVRO de registro do mapa demonstrativo dos objetos recebidos pelo almoxarifado da Instrução Publica e distribuídos às escolas (1898-1903). AHRS, código I198.

LIVRO de registro de fornecimento de material para as escolas da capital (1899-1921). AHRS, código I199.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Julio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre. Officinas a Vapor da Livraria Americana. 1896.

RELATÓRIO apresentado ao Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Antonio Alves, secretário de Estado dos Negócios do Interior e do Exterior em 15 de setembro de 1908.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 239 de 5 de junho de 1899. Aprova o programa de ensino elementar e complementar.